

A descolonização do Algoritmo

Éticas, Vieses e Justiça Social

A descolonização do Algoritmo

Éticas, Vieses e Justiça Social

por *José Moreira*

©José Moreira, 2025 Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios — eletrónicos, mecânicos, fotocópia, gravação ou outros — sem autorização prévia por escrito do autor.

Título: A Descolonização do Algoritmo: Éticas, Vieses e Justiça Social

Autor: José Moreira

Edição: 1.^a edição

Editora: Bookmundo

ISBN: 9789403859736

Ano de Publicação: 2026

Capa e Paginação: José Moreira

Impressão: Impresso em Espanha por Podiprint

Dedicatória

Ao Lourenço Ribeiro e ao Bruno Campos, pela colaboração no nosso trabalho sobre os Trabalhadores da Plataformas e o fenómeno Uber Eats, para a disciplina de Sociologia do Trabalho da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), que serviu de ideia base a este livro.

Nota do Autor

A reflexão que aqui apresento nasce de um percurso académico e profissional marcado pela sociologia, pela prática no terreno e por uma inquietação crescente perante o impacto social das tecnologias contemporâneas. Ao longo dos anos, observei como os discursos sobre neutralidade, eficiência e inovação escondem, com demasiada frequência, desigualdades que se aprofundam silenciosamente. Este livro não pretende oferecer respostas fechadas, nem propor soluções tecnocráticas, mas antes contribuir para um debate crítico e informado sobre o papel dos algoritmos numa sociedade que se quer justa e democrática.

A obra estrutura-se a partir de diálogos entre teoria, investigação empírica e análise sociológica, procurando revelar os modos subtils — e, por vezes, violentos — através dos quais os sistemas algorítmicos reproduzem hierarquias sociais. O objetivo não é demonizar a tecnologia, mas situá-la historicamente, compreendê-la nas suas relações de poder e questionar as premissas sobre as quais tem sido construída.

Enquanto autor,沉积o nesta obra a convicção de que pensar a tecnologia é, inevitavelmente, pensar a sociedade, e que o futuro dos algoritmos não pode ser separado das lutas por igualdade, direitos humanos e justiça social.

Índice

Introdução.....	9
Capítulo 1 — O Algoritmo não é neutro	10
Capítulo 2 — A Produção social do dado	19
Capítulo 3 — Racismo Algorítmico: da discriminação codificada à violência doméstica.....	29
Capítulo 4 — Sexo, género e algoritmos: a reprodução digital do patriarcado	40
Capítulo 5 — Capacitismo e exclusão digital: quem fica de fora	48
Capítulo 6 — Classismo a algoritmos: a reforçar barreiras sociais	56
Capítulo 7 — Vigilância, privacidade e poder: a sociedade sob observação algorítmica.....	64
Capítulo 8 — Transparência, responsabilização e governação: quem controla os algoritmos?	72
Capítulo 9 — Democracia algorítmica: participação cidadã e controlo social da IA.....	80
Capítulo 10 — Ética e justiça algorítmica: fundamentos para uma IA inclusiva e equitativa.....	86
Capítulo 11 — Estudos de caso: algoritmos, justiça e exclusão.....	93

Capítulo 12 — Caminhos para uma IA descolonizada: políticas, educação e transformação social	100
Capítulo 13 — Ecologias digitais e o sul global: entre extração, dependência e resistência	107
Capítulo 14 — A infraestrutura invisível: dados, poder e extração no capitalismo algorítmico.....	125
Capítulo 15 — Inteligência artificial e democracia global: riscos, resistências e futuro.....	134
Conclusão	149
Agradecimentos	150
Referências bibliográficas	151
Biografia.....	155

Introdução

Vivemos numa era em que algoritmos e inteligência artificial moldam decisões em praticamente todos os domínios da sociedade: educação, emprego, saúde, justiça, finanças, redes sociais e segurança. Apesar da aura de neutralidade e objetividade, estes sistemas não são neutros. Pelo contrário, refletem escolhas humanas, estruturas históricas e relações de poder que, muitas vezes, reproduzem e exacerbam desigualdades existentes.

Este livro propõe olhar criticamente para os algoritmos como artefactos sociais, questionando a ideia de tecnologia como ferramenta imparcial. Ao longo dos capítulos, foi explorada a forma como a IA reproduz vieses raciais, de género, classe e capacidade, perpetua exclusões e normaliza práticas de vigilância e controlo.

O objetivo central é mostrar que descolonizar a inteligência artificial não é apenas uma questão técnica, mas um projeto social, político e ético. Para isso, é necessário combinar **transparência, participação cidadã, educação crítica, regulação ética e design inclusivo**. Este livro oferece análise teórica, estudos de caso concretos e caminhos para construir uma IA mais justa, inclusiva e responsável.

Capítulo 1 — O Algoritmo não é neutro

1. A ilusão da objetividade técnica

Durante décadas, a ideia predominante foi a de que os sistemas computacionais eram instrumentos transparentes, imparciais e fiéis à lógica matemática que os sustentava. A crença na neutralidade tecnológica — tão presente nos discursos de empresas, governos e até de comunidades científicas — assentava na noção de que a máquina apenas executa. Faz o que lhe mandam fazer. Mas esta visão ingénua ignora um facto sociologicamente evidente: toda a tecnologia é uma construção humana inserida num mundo desigual, estratificado e marcado por relações de poder.

O algoritmo, ao contrário da narrativa dominante, não é um espelho límpido da realidade. É uma lente. E todas as lentes distorcem. Umas mais, outras menos. O ponto crucial é que estas distorções não são aleatórias: tendem a reproduzir os padrões sociais que moldam os dados e as decisões que lhes dão origem. Quando alimentamos sistemas de IA com informações produzidas historicamente em ambientes racializados, hierarquizados e desiguais, o que esperamos que a máquina aprenda? Não aprende a justiça; aprende a regularidade. Não aprende a igualdade; aprende a repetição estatística.

É precisamente aqui que surge a necessidade de descolonizar o algoritmo: reconhecer que o problema não é

a matemática em si, mas sim o modo como esta é usada para naturalizar desigualdades pré-existentes.

2. A “jaula de ferro 2.0”: racionalidade instrumental convertida em opacidade

Max Weber, ao falar da “jaula de ferro” da modernidade, alertou-nos para o modo como os sistemas de racionalização burocrática podiam aprisionar a ação humana, transformando regras e procedimentos em fins em si mesmos. Hoje, esse mecanismo tornou-se ainda mais opaco. Se antes as pessoas podiam contestar uma decisão burocrática, agora enfrentam um algoritmo cuja lógica é, muitas vezes, inacessível — mesmo para quem o desenvolveu.

A IA acrescenta uma camada de profundidade a esta jaula. Não se limita a aplicar normas; produz normas invisíveis, criadas a partir de massas de dados recolhidos sem contexto. A máquina classifica, antecipa, filtra, recomenda. Toma decisões que influenciam vidas concretas: quem recebe crédito, quem é alvo de vigilância policial, quem tem acesso a um emprego, quem é considerado um risco.

A racionalidade instrumental, agora convertida em cálculo estatístico, escapa ao escrutínio social. Tornou-se uma racionalidade automática, que age em nome da eficiência, da otimização e da previsão — mas sem confrontar a origem

dos próprios dados. Assim, a jaula de ferro contemporânea já não tem barras visíveis. Tem linhas de código.

3. O que é, afinal, um viés algorítmico?

Num plano técnico, o viés algorítmico é uma distorção sistemática que afeta o desempenho de um sistema. Mas a explicação técnica é insuficiente para compreender o fenómeno. O viés algorítmico é, antes de mais, uma questão social: a presença de desigualdades históricas na maneira como recolhemos, organizamos e usamos informação para treinar sistemas de IA.

Do ponto de vista sociológico, um viés é uma escolha — seja consciente ou inconsciente — sobre o que considerar relevante, legítimo, mensurável. E sempre que fazemos escolhas, fazemos política.

Um sistema de vigilância urbana que reconhece pior os rostos de pessoas negras não falha por limitações tecnológicas; falha porque foi treinado com conjuntos de dados predominantemente compostos por rostos brancos. Um sistema de recomendação laboral que penaliza currículos femininos não é um erro; é a reprodução de padrões de discriminação existentes no mercado de trabalho. Um algoritmo que atribui risco criminal mais elevado a bairros periféricos não está a prever o futuro; está a repetir o passado.

É por isso que o viés algorítmico não pode ser corrigido apenas com engenharia. Tem de ser discutido à luz de teorias sociológicas sobre poder, desigualdade, racialização e exclusão.

4. O problema não é a tecnologia — é a história inscrita nos dados

Os dados, frequentemente apresentados como factos neutros, são construções sociais. São produzidos por instituições com lógicas específicas, por governos com prioridades políticas, por empresas com interesses económicos. A própria ausência de dados é reveladora: quando determinadas populações não aparecem em bases de dados, isso não é um acidente; é sinal de invisibilização social.

É por isso que os algoritmos, ao serem treinados com dados históricos, absorvem a memória das desigualdades. E esta memória não é neutra: está carregada de racismo estrutural, sexism, classismo, xenofobia, heteronormatividade, adultocentrismo e capacitismo. Um algoritmo que aprenda a partir deste passado não pode produzir futuro mais justo, a menos que seja explicitamente instruído para o contrariar.

O que hoje chamamos “inteligência artificial” é, em grande medida, uma forma de estatística automatizada. E a estatística não explica o mundo; descreve-o segundo

padrões detetáveis. A questão crítica é: queremos que o futuro seja uma extração linear do passado?

A descolonização do algoritmo significa quebrar esta lógica de continuidade. Significa devolver contexto aos números, criticidade aos processos e humanidade às decisões.

5. Por que razão a neutralidade tecnológica é um mito persistente?

A ideia de que a tecnologia é neutra é confortável. Exonera quem a cria e tranquiliza quem a usa. Mas é um mito. A neutralidade tecnológica subsiste porque:

1. **É conveniente para as corporações**, que evitam responsabilidade moral ao atribuir decisões à máquina.
2. **É funcional para Estados**, que se apoiam na objetividade aparente para legitimar políticas securitárias ou de controlo social.
3. **É sedutora para a sociedade**, que tende a confiar mais em números do que em pessoas.
4. **É reforçada por discursos etnocêntricos**, que apresentam a IA como inevitável, natural e imparável.

Ao desafiarmos a neutralidade, desafiamos também as estruturas que beneficiam da sua manutenção. Todos os sistemas de poder procuram tornar-se invisíveis; os algoritmos são uma forma moderna dessa invisibilização.

6. Algoritmos como dispositivos de poder

Michel Foucault teria encontrado nos algoritmos um exemplo perfeito de biopoder: mecanismos de gestão de populações que atuam de forma distribuída, silenciosa, contínua. Os algoritmos não governam como um soberano; governam como uma norma. Não impõem pela força; impõem através da previsão, da filtragem, da avaliação.

A IA participa em processos de governação difusa: decide quem é “normal” e quem é “desvio”, quem é “produtivo” e quem é “risco”, quem merece crédito e quem merece suspeita. É um dispositivo disciplinar com aparência de eficiência.

Ao mesmo tempo, os algoritmos atuam como mecanismos de fetichização, no sentido marxista: transformam relações sociais em relações entre números, ocultando a origem humana das escolhas e injustiças que codificam.

Descolonizar o algoritmo implica reapropriar o controlo político sobre estes dispositivos, devolvendo às sociedades o poder de decidir os critérios que organizam a vida coletiva.

7. A construção social das categorias algorítmicas

Cada categoria que um sistema de IA usa para classificar o mundo resulta de decisões humanas: o que conta como fraude, quem é “suspeito”, o que é “adequado” para um

determinado emprego, como se define “risco”. Estas categorias não são naturais; são convenções.

Assim, um algoritmo nunca interpreta a realidade tal como ela é. Interpreta a realidade tal como foi estruturada por quem escolheu as variáveis. E estas escolhas refletem sempre visões do mundo — algumas explícitas, outras profundamente enraizadas.

Para entender isto, basta observar como categorias como “raça”, “género”, “classe social” ou “deficiência” são tratadas pelos sistemas: ora são ignoradas, ora são usadas de forma acrítica, ora são absorvidas através de proxies disfarçados (como códigos postais, padrões de consumo ou trajetórias escolares).

A neutralidade cai por terra quando percebemos que cada variável é uma forma de poder disfarçada de técnica.

8. Porque é que o debate não é apenas técnico — é ético e político?

A discussão pública tende a centrar-se em questões técnicas: otimizar modelos, corrigir erros, melhorar a precisão. Mas estas são preocupações de segundo nível. O problema principal é ético e político: quem controla os critérios que organizam a vida social? Quem define o que é justo? Quem determina o que deve ser otimizado?